

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

Os dados recentemente apresentados no Boletim Estatístico do Emprego Público (BOEP) n.º 23, elaborado pela Direção-Geral da Administração e do Emprego Público (DGAEP), indicam que a 30 de junho de 2022 existiam 17.274 prestações de serviços (vulgo recibos verdes) em entidades da Administração Pública – o valor mais elevado desde que há registo.

Em declarações à imprensa, o Ministério da Presidência afirmou que o Governo deseja que a “externalização dos serviços seja residual e excecional”. Contudo, o que deveria ser exceção tem, cada vez mais, se tornado regra – em 7 anos de governação socialista, o número de trabalhadores a recibos verdes aumentou cerca de 14% na Administração Pública.

O que também tem sido regra é o facto de que as gerações mais novas são aquelas que mais são afetadas pela precariedade. Em 2021, a proporção de vínculos não permanentes entre os jovens portugueses era superior à média europeia – entre os 15-24 anos, Portugal apresentou uma média de 58,2% (vs. UE 48,5%) e entre os 25-29 anos este fosso agravou-se, sendo de 40,3% em Portugal (vs. UE 24,3%). Deste modo, importa conhecer a estrutura etária da distribuição do número de pessoas em prestações de serviços em entidades da administração direta e indireta do Estado e no setor empresarial do Estado.

Acresce que o Primeiro-Ministro António Costa referiu recentemente que “tem de existir um esforço comum, de todos, para melhorar os rendimentos”. Ora, em face desta situação, importa também conhecer mais dados relativos à realidade salarial deste tipo de mecanismo contratual, as prestações de serviços, no seio do Estado.

Assim, face a esta situação, ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, vêm os deputados signatários do Grupo Parlamentar do PSD requerer à Senhora Ministra da Presidência, por intermédio de Vª Excelência, os seguintes dados:

1. O número de prestações de serviços em entidades da administração direta e indireta do Estado, segundo escalões etários.
2. O número de prestações de serviços no setor empresarial do Estado, segundo escalões etários.
3. O rendimento médio dos jovens (18-35 anos) que estão em regime de prestação de serviços, quer em entidades da administração direta e indireta do Estado, quer no setor empresarial do Estado.

Palácio de São Bento, 6 de abril de 2023

Deputado(a)s

ALEXANDRE POÇO(PSD)

DINIS RAMOS(PSD)

ROSINA RIBEIRO PEREIRA(PSD)